

SPHAN: REFRIGÉRIO DA CULTURA OFICIAL

SERGIO MICELI

Mesmo críticos renitentes aceitariam que a experiência de preservação do assim chamado "patrimônio histórico e artístico nacional" constitui a política cultural mais bem-sucedida na área pública deste país. E tal concordância poderia ocorrer a despeito do fato de cada um deles manifestar reservas de bom calibre quer quanto aos conteúdos doutrinários cristalizados pela expressão entre aspas quer no tocante à substância factual a que cada um dos termos remete.

Ainda que se possa tirar proveito intelectual de um confronto entre a proposta original formulada por Mário de Andrade e os rumos tomados na prática pelo Serviço do Patrimônio, não me parece que esse exercício possa contribuir efetivamente para lidarmos com os impasses com que hoje se defrontam os responsáveis pela política preservacionista em quaisquer níveis da atividade governamental. Uma reconstrução histórica caprichada dos contextos regionais em que se escoravam Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade de certo matizaria essa colaboração tão fecunda de uma perspectiva institucional, mas isso não tornaria a proposta andradina politicamente viável na época de sua formulação.

A experiência social cosmopolita de um autodidata de gênio, mulato, sem profissão definida entre os homens de sua classe de origem, às voltas com uma sociedade complexa, diversificada, em ritmo alucinante de transformação, marcada pelo trinômio imigração-urbanização-industrialização, contrastava com o projeto de vida acalentado pelos herdeiros das elites mineiras, cindidos entre as lides burocráticas e o renome literário. Tanto isso não vem ao caso que os trun-

fos se mostraram complementares. Seja como for, a "generosidade etnográfica" da proposta andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista.

Cumprir frisar esses aspectos na medida em que os conteúdos substantivos dessa política têm muito a ver com a conjuntura de sua criação. Nesse sentido, o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma "identidade nacional" iluminista no trópico dependente.

Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional". E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado.

A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e

eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino. No que concerne aos segmentos da cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de "pedra e cal" em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista.

O encanto pelo monumental, pela ostentação da riqueza metamorfoseada em testemunho de estilos artísticos, o embevecimento pelo ornamental, a crença na existência de soluções ótimas em matéria de organização espacial, e outras tantas posturas mentais condizentes com o projeto de restaurar um mundo de formas cujos laços com a experiência social de seus produtores e usuários vão se esgarçando a tal ponto que passam a justificar critérios autônomos de percepção e juízo.

A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa mesma lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orienta-

Sergio Miceli é Livre-Docente em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, autor de *A noite da madrinha, Intelectuais e classe dirigente no Brasil* e *A elite eclesiástica brasileira* (no prelo).

ção doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada "reintegração estilística" que não é outra coisa senão o delírio de "purificar" o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à sua construção original. O leitor pouco versado em assuntos de patrimônio poderá comprovar isso visitando algumas das igrejas restauradas nas capitais da região norte-nordeste, o Paço Imperial na Praça XV do Rio de Janeiro ou, então, qualquer trabalho de restauração arquitetônica guiado pela obsessão em recuperar o ambiente original, depurando-o dos vestígios das atividades ali desenvolvidas no correr de séculos. Valendo-se de plantas baixas ou de outra documentação remanescente, os técnicos passam sem mais ao desmonte dos altares da igreja, eliminando imagens e objetos de culto de épocas distintas daquela em que se deu o entalhe, em busca de arremedos de um espaço perdido e em nome de uma doutrina etnocêntrica de "limpeza visual". Mais recentemente, como por exemplo na restauração do Paço Imperial, os responsáveis pela obra procuraram sinalizar através de tabuletas os expurgos levados a cabo ao longo do trabalho, dando ao menos alguma informação sobre os usos históricos sucessivos do espaço em questão. No limite, tal postura redundante na construção de uma fantasia perfeccionista bastante dissociada da memória que podem ter os habitantes da vizinhança ou aqueles setores da comunidade cuja própria história de vida tenha alguma ligação com o espaço restaurado. Por outro lado, não se sabe bem por que a restauração de espaços arquitetônicos deva se pautar por critérios estilísticos tão puristas e não por uma orientação mais instrumental a exemplo daquela aplicada na manutenção de outras modalidades de acervo. Afinal, do ponto de vista da sociedade dos vivos, os monumentos podem e devem ser preservados a título estritamente precário, indicativo e documental, não se podendo acreditar na ilusão de estarmos hoje enxergando o Paço tal qual existia nos tempos de D. João VI. "Se Versalhes falasse" é uma utopia reacionária e saudosista e não uma façanha para o bico de técnicos em restauração.

A despeito do vezo decididamente elitista pelo qual enveredou o "serviço do

patrimônio", é forçoso reconhecer que seus mentores fizeram muito bem a política que pretenderam implantar, cercandose de uma equipe competente de especialistas, organizando um corpo doutrinário de técnicas e procedimentos, obtendo aprovação para uma legislação adequada aos alvos a que se propunham, editando uma revista de categoria internacional (a mesma que hoje nos convida a esse debate franco sobre a experiência institucional que lhe deu origem), e suscitando a afirmação de lideranças da estatura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães no campo da política cultural.

Tais observações servem apenas para situar os contornos institucionais da experiência brasileira em termos de preservação do patrimônio. Seria possível esmiuçá-la com vistas a compreender as raízes históricas do por que as coisas se passaram dessa maneira. Entre inúmeros outros motivos, estou querendo sugerir que essa redoma elitista resultou de injunções associadas à relativa desimportância política das instituições culturais então criadas no âmbito do recém-implantado Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos trinta, o que por sua vez viabilizou a reserva de caça onde atuaram os intelectuais e artistas recrutados durante a gestão Capanema. A mistura de proteção política e reduzido impacto intelectual foi uma das sementes do passadismo culturalista que passou a nortear as políticas preservacionistas. Talvez os resultados tivessem sido completamente diferentes caso a política de preservação tivesse caído em mãos de burocratas ou de folcloristas, mas nem por isso seriam intelectualmente mais instigantes ou institucionalmente melhor equacionados.

Por força do tipo de formação intelectual característica da geração de modernistas recém-incorporados à máquina governamental na década de 30, o SPHAN acabou assumindo a feição de uma agência de política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados esteticamente significativos para uma história das formas e estilos da classe dirigente brasi-

leira. O acanhamento de recursos, a escassez de pessoal especializado, a baixa visibilidade política, a imensidão do acervo a ser tombado e restaurado, todos esses constrangimentos contribuíram para consolidar a via doutrinária e os partidos técnicos adotados, deixando-se de equacionar a questão do público potencial para as atividades desenvolvidas, ou melhor, a questão do retorno social dos recursos aplicados na preservação do patrimônio. Quase consigo antecipar a reação de mau humor de alguns preservacionistas convictos de velha cepa diante de muitas das questões e temas aqui abordados e que eles consideram externos ao seu ofício e impertinentes à sua política.

Entretanto, a característica mais fundamental prende-se ao teor institucional e doutrinário que passou a permear o funcionamento do SPHAN no contexto das políticas culturais inauguradas pelo Estado Novo. Em primeiro lugar, a própria natureza das atividades a cargo do SPHAN contribuiu para que a agência fosse conquistando crescente autonomia de operação e gestão. A continuidade dessa posição de relativa mas efetiva independência institucional foi lograda às custas de uma definição deliberadamente restrita dos campos de operação que desde então ficaram muito aquém da jurisdição completa que a legislação vigente autorizava. Aliás, essa definição operacional restritiva aos acervos de cultura material das elites deu margem à consolidação de instituições concorrentes e especializadas no trabalho de preservação dos patrimônios preteridos (arquivos públicos e privados, museus da imagem e do som, cinematecas, centros de documentação, centros de memória operária e sindical, entre outros). Tais rumos acabaram prejudicando o Serviço do Patrimônio tanto porque cercearam cada vez mais as possibilidades de renovação institucional como pelo fato de haverem suscitado contenciosos com instituições concorrentes como no caso do Arquivo Nacional. Vistos de outro ângulo, esses desdobramentos se revelaram no entanto bastante favoráveis ao desenvolvimento institucional na área cultural pública.

Tal sedimentação institucional foi convertendo o SPHAN numa espécie de refrigerio da cultura oficial, vale dizer,

uma agência reivindicando um *status* estritamente técnico, impermeável ao clientelismo de balcão, cujas atividades e produtos somente poderiam ser avaliados por especialistas. Por conseguinte, afirmou-se como órgão capaz de constituir sua própria demanda no mercado cativo de bens culturais subsidiado pelo Estado, independentemente das preferências dos consumidores ou do público potencialmente usuário dos bens tombados e restaurados. Ainda que o antigo Serviço Nacional de Teatro ou o Instituto Nacional do Livro quisessem operar em condições idênticas, logo enfrentariam as resistências de suas clientelas (entre outras, as companhias de teatro profissional e os editores comerciais). O SPHAN não possuía outros clientes senão os arquitetos e os empreiteiros.

Tudo se passa como se a obra do SPHAN fosse uma documentação museificada cuja fruição estivesse apenas ao alcance de elites sofisticadas. Desde sua fundação até hoje, o Serviço do Patrimônio mostrou-se em geral pouco propenso a divulgar em escala adequada os frutos de sua atividade. E nem mesmo se preocupou com isso sequer como estratégia para garantir um aumento de verbas. O SPHAN conseguiu ser tão bem-sucedido nesse duplo empenho de especialização e isolamento institucional que de certo modo apressou a decisão recente de cindir-se a política cultural do governo federal em duas vertentes, derivando daí as conseqüências boas e más de um tratamento em separado em matéria financeira, administrativa e de pessoal. Essa solução talvez pudesse lograr uma razoável sobrevida não fora a gama diversificada de reivindicações trazidas por diversos setores da comunidade e por outros movimentos sociais. Os novos interlocutores dos responsáveis pelas políticas de preservação tendem quase sempre a equacionar a questão do patrimônio em termos de uma democratização tanto do acervo como das vias de acesso e fruição e dos debates que presidem à constituição do acervo; qualquer que ele seja. Eis o *xis* da questão do patrimônio que se poderá esclarecer melhor através de uma rápida aproximação comparativa com as tendências recentes ocorridas em dois casos limites, a França e os Estados Unidos.

A política do patrimônio constitui a função orçamentária mais importante da política cultural francesa, dando conta de quase 30% do conjunto das despesas públicas com atividades definidas como culturais. Operando como eixo de um complexo sistema institucional, o serviço francês do patrimônio abriga desde os monumentos e sítios históricos, passando pelos museus, bibliotecas e arquivos nacionais, até o trabalho de conservação e difusão dos acervos provenientes das artes e mídias contemporâneas de áudio e vídeo. Quando se

“Tudo se passa como se a obra do SPHAN fosse uma documentação museificada cuja fruição estivesse apenas ao alcance de elites sofisticadas.”

sabe que, ao longo da década de 70, as despesas na área cultural pública beiraram 5% do orçamento nacional, o percentual mais elevado do mundo, cumpre deslindar algumas das razões responsáveis pela progressiva ambição doutrinária e institucional da política preservacionista na França, particularmente perceptíveis durante a gestão do ministro socialista Jack Lang.

No limite, a política francesa do patrimônio foi dilatando a tal ponto as fronteiras de sua jurisdição que passou a abarcar quaisquer modalidades de expressão cultural, associadas a quaisquer suportes, buscando assim “solucionar” o desafio da seleção dos estoques a serem preservados pela avassaladora “universalidade” da jurisdição institucional que vem se delineando. Ao que tudo indica, essa tendência se firmou a partir do momento em que começou a lidar com os acervos da produção cultural contemporânea nos domínios das artes plásticas

e dos mídias eletrônicos. Não demorou muito para que a definição operacional de acervo passasse a incorporar o registro dos experimentos científicos e tecnológicos, os laboratórios das línguas e dialetos vivos e cada vez mais a memória abrangente das experiências dos diversos grupos sociais e categorias profissionais, desde as frações de artistas e intelectuais até as camadas populares mais desposuídas em termos de capital material, escolar e cultural.

O conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social, repentinamente tomado pelos arroubos de um radical humanismo burocrático. Se as coisas não ocorrem exatamente assim na prática, como era de se esperar, são esses os conteúdos que a nova política do patrimônio implementada pelo governo socialista pretende nos impingir. Seria praticamente impossível imaginar que uma tal política pudesse tomar corpo numa sociedade que não contasse com um sólido respaldo social e até mesmo eleitoral a esse nível bastante elevado de comprometimento de verbas públicas. Ou então, que a roupagem etnográfica dessa nova política preservacionista pudesse obter audiência em sociedades onde as práticas de consumo cultural não incluíssem o hábito de contingentes expressivos da população de frequentarem museus e outros espaços de familiarização com civilizações e culturas estrangeiras e radicalmente distintas da sociedade nativa. Por outro lado, não custa lembrar que tamanho empenho em termos de política cultural reflete também o peso relativamente importante da cultura no contexto da política externa francesa, traço que não deriva apenas dos delírios de grandeza de uma ex-potência colonialista. E por último, é preciso levar em consideração que esse montante expressivo de investimentos no campo da preservação do patrimônio assegura um retorno considerável através dos incentivos proporcionados a inúmeros setores da atividade econômica, a começar pela indústria do turismo e pelos diversos ramos do artesanato de luxo.

Ao invés de se guiar por critérios predominantemente estéticos ou estilísticos, a nova política do patrimônio da dupla

socialista Mitterrand-Lang buscou equacionar as questões relativas à constituição do acervo através de critérios de representatividade etnográfica importados das ciências sociais. Além de operar com uma definição onde o popular tem presença garantida, um princípio ativamente assumido dessa nova postura preservacionista tem a ver com a exigência de utilização socialmente produtiva dos bens preservados por parte de seus beneficiários e com os incentivos à instalação de novos espaços de divulgação conducentes à democratização do acesso aos acervos.

Nos Estados Unidos, ocorreu uma divisão entre o campo da conservação e o da preservação, o primeiro cobrindo o trabalho desenvolvido pelos museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação dos mais variados suportes, enquanto o segundo lida, prioritariamente, com o patrimônio arquitetônico e/ou ambiental e por essa via se inscreve entre os objetos centrais das políticas de planejamento urbano. O trabalho de preservação encontra-se quase todo em mãos de associações e empreendimentos particulares, a maioria deles com fins abertamente lucrativos, dispendendo-se até o momento de uma legislação protecionista ainda incipiente, se comparada à situação francesa, e no interior da qual torna-se difícil discernir as principais linhas de força em face da variedade de litígios arbitrados pelos poderes municipais e locais. As experiências de preservação de alguns centros históricos servem bem para explicitar os grupos de interesses mobilizados na população e que certamente contribuíram para a deselitização inequívoca em experimentos como Williamsburg.

De qualquer maneira, tanto nos Estados Unidos como na França, as políticas e os responsáveis pelas agências (públicas e privadas) de preservação se tornaram mais permeáveis às demandas formuladas pelos movimentos sociais atingidos pelas conseqüências danosas das políticas preservacionistas em grandes conglomerados urbanos, ou então, mais sensíveis às reivindicações de grupos profissionais, étnicos, lingüísticos e confessionais afetados por decisões de teor preservacionista por eles consideradas prejudiciais.

A ampliação da jurisdição dos acervos considerados "dignos" de preservação significou, no limite, a aceitação tácita de uma ruptura com as hierarquias até agora vigentes de legitimidade estética e cultural, tendência que correu paralela à crescente interferência de critérios etnológicos e/ou sociológicos em detrimento dos parâmetros do gosto burguês de origem européia até bem recentemente utilizados tanto para a montagem dos acervos como para atribuição do *status* (cultural e monetário) dos espécimes e coleções integrantes.

“O conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social.”

Neste passo, o movimento preservacionista nos países desenvolvidos acabou se tornando caudatário de outros movimentos sociais em luta pela defesa do cenário urbano e do meio ambiente (e contra os projetos de "enobrecimento"/ *gentrification* de bairros decadentes), pela afirmação dos direitos das minorias (étnicas, confessionais etc.) à "diferença", convertendo-se por assim dizer num recurso político nada desprezível e em condições de ser acionado com êxito pelos movimentos sociais e suas lideranças.

Quão distinta é a situação brasileira quer em termos do volume de recursos disponíveis, da jurisdição coberta, quer no tocante ao tamanho dos públicos atingidos ou mobilizáveis como consumidores de bens e eventos produzidos pelas agências executoras da política do patrimônio. Numa sociedade afluenta com menores desigualdades econômicas e sociais, o debate em torno dos acervos a serem preservados acaba se resumindo à

questão dos procedimentos estilísticos, à modalidade da preservação e não ao objeto mesmo dessa prática de política cultural, ao que merece ser preservado. As coisas assumem tal feição pelo fato de haver um volume suficiente de recursos para atender em alguma medida, por mínima e retórica que seja, às demandas de quaisquer grupos sociais capazes de lograr sua veiculação. O mesmo não ocorre por aqui. Numa sociedade como a nossa, marcada por iniquidades de todo tipo, até a tendência de reorientar a política do patrimônio na mira dos acervos e experiências dos grupos populares pode redundar numa folclorização sofisticada, ou então numa tentativa conceitualmente problemática e um tanto contraditória de se querer comprovar empiricamente a existência e sobretudo a validade simbólica de acervos irredutíveis à lógica de sentido dos grupos dirigentes.

As reações das próprias agências públicas de preservação a essas tentativas incipientes de reforma parecem adotar uma postura bastante defensiva que acaba redundando numa política preservacionista "ultrajada" e ressentida. Vale dizer, em lugar de incorporar as críticas e sugestões já formuladas, a política preservacionista oficial deixa transpirar indícios preocupantes de que o último grito em matéria de preservação será o trabalho de tombar o próprio SPHAN, buscando justificar a manutenção do *statu quo* fazendo alarde dos méritos do acervo já constituído e do trabalho acumulado. Pois bem, há motivos para comemoração e razões de preocupação.

Os dilemas com que se defronta qualquer política de patrimônio atualmente, inclusive a brasileira, se referem quase todos à questão da democratização. Bem entendido, trata-se de democratizar o acervo, os métodos de exposição do acervo, os meios de acesso ao acervo, os espaços de debate sobre o acervo; trata-se igualmente de assegurar a representatividade dos setores da comunidade e dos movimentos sociais atingidos por decisões preservacionistas. E não adianta tapar o sol com as peneiras do elitismo e/ou do populismo, muitas vezes embaladas em consórcio por especialistas do belo e diletantes do pobre.